

CAPÍTULO 27

DIALOGOS ACERCA DAS PRÁTICAS E PROCESSOS FORMATIVOS DE EDUCADORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

André Andrade da Silva
Anselmo Martins Araújo
Evelyn Monique dos Santos
Leila Marcia Ascenso Gama
Luciene Dias Noletto
Maria das Graças Pereira Silva
Mateus Pereira Campos
Ricardo Pereira de Oliveira

RESUMO

A formação continuada de professores consiste em um mecanismo de qualificação, em que profissionais buscam por formação para atender demandas provenientes da própria experiência profissional. Este tipo de qualificação em serviço foi institucionalizado com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), se tornando um grande marco para as políticas públicas educacionais brasileiras. Sendo assim, o professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino e da aprendizagem, pois está em contato direto com os estudantes, constituindo-se do meio de transmissão do conhecimento, além de ser o facilitador no processo de ensino e aprendizagem. Este manuscrito aborda, questionamentos na área de formação continuada de professores, para atuar na educação inclusiva, tem como objetivo geral: Conhecer as práticas e processos formativos dos educadores que atuam nas salas de aula de Atendimento Educacional Especializado. Objetivando especificamente: 1 -Estudar acerca da formação de professor na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como analisar os impactos da formação continuada de professores no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado dos estudantes das salas de AEE e 2- descrever os direitos das pessoas com deficiência. Tem como questionamento que norteia esta investigação: Qual a relevância das práticas e processos formativos de educadores para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado dos estudantes das salas de aula de Atendimento Educacional Especializado (AEE)? Adota-se perspectiva metodológica de pesquisa bibliográfica e documental, as fontes principais de informação são legislações pertinentes, dados e informes publicados em sites e portais. As etapas foram: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, análise textual interpretativa e problematização. Encontra-se estruturado em subtópicos que discorrem acerca da temática. Ressalta-se que a formação continuada de professores contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva e assim aplicando a sua prática didática de forma a contribuir com o processo de ensino e aprendizado dos estudantes da Sala de Atendimento Educacional Especializado

PALAVRAS-CHAVE: Processo Formativo. Práticas didática. Inclusão. Ensino e aprendizado.

1. INTRODUÇÃO

Ao discutir a formação de professor requer uma abordagem conceitual e histórica acerca da profissão e da formação, refere-se às ações que movimentam os conhecimentos impulsionados no processo formativo inicial. Trata-se não de um acúmulo ou uma sequência linear de saberes, mas da constituição de um conjunto de conhecimentos que, interligados à prática profissional, dialogam com a realidade concreta, a fim de melhor compreendê-la para nela interferir, mostrando as suas contradições, configurando o triplo movimento dialético, que

tem a prática como ponto de partida, a teoria como fundamentadora e desveladora dos fenômenos e o retorno à prática, mas, com uma visão de mundo mais ampliada.

Saviani (2001), relata que a formação continuada não deve se restringir à resolução de problemas específicos de sala de aula, mas contribuir para que o professor ultrapasse a visão compartimentada da atividade escolar e passe a analisar os acontecimentos sociais, contribuindo para sua transformação.

Desse modo, a formação dos professores deve ser orientada por uma teoria. Sem desconsiderar a importância da prática, é preciso ressaltar a teoria não só para uma reflexão sobre novas possibilidades ao acesso do conhecimento, como para uma análise da própria prática. Sem uma formação teórica sólida fica difícil, por exemplo, fazer uma análise histórica sobre a profissão docente, a escola e o conteúdo a ser ensinado no contexto social atual.

Considerando-se que a Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva é fundamental para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado do estudante o presente artigo tem como problemática: Qual a relevância das práticas e processos formativos de educadores para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado dos estudantes das salas de aula de Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

Em busca de responder a problemática, o presente manuscrito tem como objetivo geral: Conhecer as práticas e processos formativos dos educadores que atuam nas salas de aula de Atendimento Educacional Especializado. Objetivando especificamente: 1 - Estudar acerca formação de professor na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como analisar os impactos da formação continuada de professores no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado dos estudantes das sala de AEE; 2 - descrever os direitos das pessoas com deficiência.

Para atingir os objetivos deste manuscrito, o mesmo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e análise documental, em que Para Gil (2007) uma pesquisa é conceituada como uma metodologia racional e sistemática que irá proporcionar resultados e respostas aos problemas determinados que foram propostos. Sendo que a pesquisa vai se desenvolver por um processo que se constitui de fases sequenciais, desde o desenvolvimento do problema até a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Para a fundamentação teórica, usou-se autores como: Saviani (2009), Chauí (2003), Mazzota (2005), Aranha (2005), Passos (2011), além de documentos oficiais como Brasil

(1988), Brasil (1990), Brasil (1996), Brasil (2007), Brasil (2015), dentro outros documentos oficiais.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Formação de professor na perspectiva da Educação Inclusiva

De acordo com Saviani (2009, p. 144), a preocupação explícita com a formação de professores no país surgiu em 1827, com a Lei das Escolas de Primeiras Letras, estando colocada “[...] a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente à questão pedagógica.” Embora tenha surgido há muitos anos, a formação de professores é um assunto atualíssimo e tem sido motivo de preocupação entre acadêmicos que pesquisam a educação inclusiva, além de ser alvo de várias políticas públicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta os sistemas de ensino no sentido da promoção de respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo “[...] formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2007, p. 5).

A Resolução CNE/CP Nº 2 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada define que as instituições de ensino superior devem garantir em seus currículos conteúdo específicos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e educação especial.

É importante salientar que essa diretriz traduz que a formação especializada só é exigida para atendimento especializado, ou seja, para professores que são contratados para trabalhar em salas de recurso multifuncional ou em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para as professoras chamadas de apoio.

A Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96, determina no seu artigo 62, que:

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica [se faria] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério da educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996).

A questão da formação de professores é complexa e vem sendo objeto de discussão quanto à insuficiência do saber pedagógico ao domínio de saber específico, sendo assim, necessária a oferta de uma formação profissional que oportunize a melhoria da qualidade profissional.

Assim, a formação docente seja ela inicial ou continuada deve oportunizar um trabalho pedagógico que auxilie especialmente os professores de forma que sua formação contribua e acrescente permanentemente para a melhoria da qualidade das aulas e conseqüentemente da educação, tendo como finalidade a formação de sujeitos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Passos (2011), o enfrentamento de situações educativas não se dá de forma aleatória, sem fundamento. Há a técnica, a sensibilidade, ou o método e o conhecimento, que se constrói no processo gradual, em que se relacionam diversos fatores entre si que se agregam como saberes docentes, de forma que não há um receituário. Os saberes profissionais docentes são construídos a partir de uma articulação entre diversas fontes (formação Inicial e continuada, história de vida, experiências, cultura pessoal e profissional) e, por sua vez, reflete uma concepção própria do que vem a ser a profissão docente e os saberes necessário ao exercício profissional como professor.

Desse modo, é possível refletir que educar é uma tarefa difícil, exige dos professores formação inicial, contínua e permanente atualização de temáticas, inovação de estratégias, reflexões sobre a prática pedagógica que irão compor as competências e habilidades profissionais.

A formação de professores é uma atividade eminentemente humana, inscrita no campo da educação como uma categoria teórica, uma área de pesquisa, conteúdo da política educacional e uma prática pedagógica. É, portanto, uma atividade complexa, multirreferencial, intencional e institucionalizada.

Nesse aspecto, Chauí (2003, p. 12), destaca que “é preciso que os professores/pesquisadores se coloquem diante da tarefa de pensar o trabalho educativo, para além do imediato e do pragmático e construam sua formação como especialistas e docentes em sua área de conhecimento”.

Neste sentido, Sacristán (1999, p. 64), destaca que a formação continuada de professores vem sendo foco de análise por vários estudos e pesquisas nas últimas décadas. “O debate em torno do professorado é um dos pólos de referência do pensamento sobre a educação, objeto obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos.

Desse modo, a formação continuada assim entendida como perspectiva de mudança das práticas no âmbito dos docentes e da escola possibilita a experimentação do novo, do diferente

a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e tempo orientando um processo constante de mudança e intervenção na realidade em que se insere e predomina esta formação.

Para tanto, a formação continuada de professores contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

2.2 Breve discussão em torno dos direitos das pessoas com deficiência

Tendo como referência Mazzota (2005), deve-se refletir que a defesa da Cidadania e dos direitos a educação das pessoas com deficiência é uma atitude muito recente na sociedade contemporânea. Manifestando-se através de medidas isoladas, a partir de meados deste século. Ignorando sua longa construção sociocultural, muitos têm sido os que entendem a situação atual como resultado exclusivo de suas próprias ações ou de contemporâneos seus.

Em consonância com Mazzota (2005), Aranha (2005), destaca que a história da atenção à pessoa com deficiência tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com deficiência enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas.

Com base em leituras realizadas em (MAZZOTA, 2005; ARANHA 2005), nota-se que desde dos primórdios da humanidade as pessoas com deficiência foram tratados de forma hostil perante a sociedade, e que por muito tempo foram excluídas e até mesmo eliminadas do meio social. Nessa linha de pensamento, educar ou reorganizá-las era algo imaginável em épocas remotas, muitos acreditavam que as pessoas nascidas nessa condição não seriam capazes de pensar e aprender. Por muito tempo, essa visão preconceituosa e supersticiosa prevaleceu no seio da sociedade. Provavelmente o medo de lidar com o desconhecido seja a justificativa para um passado repleto de barbáries no modo de conceber as pessoas deficientes no meio social, todavia com o passar dos tempos, e com advento da Constituição Federal de 1988, que versa em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Tal lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho 2008. Em seu Art. 2º, dá a definição de PCD: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O Estatuto da criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), determina no artigo 54 que “toda criança tem o direito a educação” que é obrigação e no caso da criança, adolescente ou adulto com deficiência, o Estado garante atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O Estatuto da Pessoa com deficiência (PCD), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (BRASIL, 2015), determina:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único: É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

Consequentemente com a evolução e estabelecimento de todas essas leis em prol do atendimento e suporte educacional as pessoas com deficiência, também foi possível testemunhar a evolução dos estudos quanto aos Transtornos Globais do Desenvolvimento dentro do espectro autista e verificar a instituição de várias leis direcionada ao atendimento da pessoa autista, a exemplo da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 ou lei Berenice Piana (BRASIL, 2012) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro autista e estabelece o direito dos autistas ao diagnóstico precoce, a tratamentos, a terapias, e medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) , além do acesso à educação, trabalho e igualdade de oportunidades.

Torna-se necessário considerar todas essas legislações que contribuíram maciçamente para a consolidação dos direitos das pessoas com deficiência e que vieram a tornar possível também a inclusão de crianças autistas nas classes regulares de ensino. Assim, como a necessidade de ferramentas de acessibilidade e formação de todos os profissionais para a promoção de educação inclusiva de qualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa ficou evidenciado que a formação dos professores, bem como sua prática didática podem influenciar, de diversas maneiras, sua atuação no âmbito da sala de aula. Essa formação será a base de seu desempenho e a preparação para situações que advirão em seu cotidiano, pois as mudanças ocorridas no Brasil em relação à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado (AEE) impactam significativamente a atuação dos professores da sala de Recursos Multifuncionais (SRM), pois o trabalho passou a ser demandado em todas as categorias beneficiários de educação especial.

Ficou esclarecido que a história da atenção à pessoa com deficiência tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado, no que se refere à inclusão escolar da pessoa com deficiência, muita coisa ainda precisa mudar no processo educacional. Os problemas como: pouco investimento no sistema educacional brasileiro; falta de infraestrutura no tocante a recursos físicos para atender todos (as) os/as estudantes, sejam eles deficientes ou não; o preconceito; a discriminação; a falta de credibilidade que ainda impera em relação às pessoas consideradas “diferentes”, principalmente as que possuem algum tipo de deficiência, são pontos relevantes e que necessitam mudar.

Para tanto, a formação continuada de professores contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva e assim aplicando a sua prática didática de forma a contribuir com o processo de ensino e aprendizado dos estudantes da Sala de Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S. F. Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata– 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 207 – (Série legislação; n. 83).

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ministério da Educação / SECADI. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela **Portaria Ministerial nº 555**, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela **Portaria nº 948**, de 09 de outubro de 2007. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, v. 11, 2015

BRASIL, **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: Fev. 2023.

BRASIL, ministério da educação conselho nacional de educação Conselho pleno **RESOLUÇÃO Nº 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

CHAUI, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. São Paulo Rev. Bras. Educ. 2003, n. 24. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: fev. 2023.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PASSOS, V. M. de A. **A Profissão docente e o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins**. Goiânia: UFG/Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2011. Goiânia: UFG-2011.

SAVIANI, D. **Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI**. Revista HISTEDBR on-line, Campinas n. 3, jul. 2001. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/lancamentos/histedbr-line-v-julho2001-n-3-2001>>. Acesso em: fev. 2023.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.